



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**Secretaria de Estado de Cultura**  
**Conselho de Cultura**

**ATA DA TRICENTÉSIMA SEXAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL.**

No dia vinte e cinco do mês de março de dois mil e quinze, na Sala Pompeu de Sousa, da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal, situada à Via N/2, anexo do Teatro Nacional Cláudio Santoro, às dez horas e trinta minutos, sob a Presidência do Senhor **Victor Ziegelmeyer** e após verificação de quórum com as presenças dos Conselheiros: **Pedro César Batista, Cleri Fichberg, Débora Cristina S. Aquino, Verena Santiago Ferreira de Castro, Flávia Isa Obino Boeckel, Mariana Soares, Luis Guilherme Reis e Marcos Sílvio Pinheiro**, teve início a reunião com a saudação do Presidente a todos os presentes. O Presidente fez leitura da justificativa pela ausência dos representantes do Cinema por motivos pessoais, convidou os membros indicados ao Conselho como representantes do governo para comporem a mesa e informou que suas nomeações já foram encaminhadas ao Diário Oficial. O Presidente informou que na próxima reunião de abril será feita a eleição da Presidência, pois o mandato atual vence dia cinco de maio, falou que existe um acordo informal entre a classe e a sociedade civil de alternância na Presidência e que o próximo mandato será da sociedade civil. Informou que o endereço eletrônico do Conselho de Cultura mudou para [conselhodecultura@cultura.df.gov.br](mailto:conselhodecultura@cultura.df.gov.br), esclarecendo que no mês de abril será avaliado o mérito cultural do edital de manutenção de grupos e que provavelmente terá que se fazer uma reunião extraordinária do Pleno para analisar recursos que houverem. O Presidente solicitou que se fizesse a divisão das câmaras para que assim que sair a publicação dos nomes dos Conselheiros do Governo no DODF, os trabalhos já pudessem ser encaminhados. A Conselheira Mariana Soares, membro nato representante da Subsecretária de Políticas Culturais, falou do empenho da Secretária em reconstituir o Conselho de Cultura. Em relação aos pontos levantados pelos Conselheiros relativamente aos Conselhos Regionais de Cultura, disse que estão mapeando a situação dos mesmos encontrados em algumas publicações no DODF, mas que não encontrou nenhuma regulamentação quanto à composição desses Conselhos Regionais. O Conselheiro Pedro Batista, da área de literatura, informou que tem esse documento e



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**Secretaria de Estado de Cultura**  
**Conselho de Cultura**

que iria disponibilizar para todos, acrescentando ainda que tem acompanhado a cobrança de grupos de artistas que estão com grandes expectativas em relação aos Conselhos Regionais de Cultura. A Conselheira Mirta sugeriu que o Conselho de Cultura participe do mapeamento, pois em sua opinião o Conselho deve ter iniciativa em começar a articular com os Conselhos Regionais. Passou-se ao próximo ponto de pauta que trata dos Pontos de Cultura e a Subsecretária de Diversidade Cultural, Jaqueline, falou que o convênio com o Ministério da Cultura foi firmado em dois mil e sete e ficou praticamente parada até dois mil e nove, a ponto desse Ministério solicitar o arquivamento do mesmo por falta de prestação de contas. O contrato, que é de cinco milhões e meio, sendo metade da verba do Ministério e metade da Secretaria de Cultura, teve repasse do Ministério dividido em três parcelas, conforme a Secretaria fosse cumprindo as metas. Em dois mil e nove lançou-se um edital que contemplou vinte pontos de cultura e hoje apenas treze estão em vigência, porém não receberam a segunda parcela do recurso até o momento, pois a Secretaria não cumpriu a primeira meta, além de haver outras pendências que a equipe está empenhada em sanar. Será proposta uma adequação no plano de trabalho junto aos Pontos de Cultura para que no final do convênio, em dois mil e dezesseis, todas as metas estejam cumpridas e o recurso seja todo aplicado nos Pontos de Cultura. O Secretário Guilherme Reis falou que o retrato desse convênio se repete na maioria deles, alguns até com devolução de recursos ao Ministério e que a equipe de servidores da Secretaria está empenhada em entender o que está acontecendo, a fim de sanar todas as pendências, algumas paradas, outras caminhando. A Senhora Johanne solicitou a palavra e falou que o Espaço Cultural da quinhentos e oito, foi eleito Pontão de Cultura por suas características e o que representa para a Comunidade, fruto de uma experiência realizada pelo Ministério da Cultura. A Conselheira Flavia Obino perguntou se existe previsão de abertura de novas inscrições de Pontos de Cultura, ao que a Senhora Johanne informou que quando a Secretaria cumprir a primeira etapa do primeiro convênio poderá abrir outros convênios, falando também que este procedimento acontece através de editais. O Secretário esclareceu que os Pontos de Cultura resultaram de foi uma política criada



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**Secretaria de Estado de Cultura**  
**Conselho de Cultura**

pelo Ministério da Cultura que visava reconhecer iniciativas culturais que normalmente não são reconhecidas pelo Estado e que se localizassem em áreas pouco privilegiadas por esse Estado. É uma política de sucesso que mostrou várias iniciativas pelo Brasil afora e que estavam escondidas, esclarecendo que temos que manter ou buscar atuar em relação aos Pontos de Cultura onde ficam as bases e onde o povo não consegue manter tais espaços. Continuou explicando que outra coisa é que devemos pensar em como o Estado pode apoiar os espaços que não são governamentais, uma vez que a ação desse Estado é mínima. Disse que a sociedade civil vem se organizando há algum tempo com dificuldades e necessidades diversas. A seguir o Secretário sugeriu que se entrasse no site da Secretaria de Cultura de Bogotá e se estudasse o sistema de apoio deles, que é um sistema corajoso, modulado, cujo valor não é fixo, atendendo as necessidades dos espaços, e que no ano passado apoiaram cinquenta e quatro espaços em quatro modalidades diferentes, com valores que batem com os do FAC, mas que, como são feitos de maneira contínua, vai se criando um sistema. Enfim, que esses dados são somente referentes às artes vivas. O Secretário falou que decisões como essas são políticas e que o Conselho deve participar e assumir tal decisão. A Conselheira Mirta falou que o apoio a espaços é uma das políticas mais urgentes, pois nos últimos anos mesmo com lançamento de editais não se conseguiu uma consistência política. O Presidente falou que o debate estava sendo bom, pois nos editais passados o que se ouviu foi muita gente insatisfeita com os valores dos recursos, que sempre diziam ser pouco e o debate está trilhando outras propostas. O Conselheiro Pedro parabenizou o Secretário pela linha de raciocínio e disse que é preciso desburocratizar, descentralizar e efetivamente democratizar os recursos para apoiar grupos e espaços, acrescentou que há um monopólio a grupos e atores em todos os editais, que prestavam conta de um e já assinavam outro, e um grupo atuante não tem acesso. Disse que a Secretaria, junto com o Conselho, deve criar mecanismos que atendam à demanda de todos. Na sequência da pauta foram solicitados esclarecimentos de como anda o processo do Sistema de Cultura do DF, ao que a Subsecretária Mariana Soares falou da dificuldade de se recuperar alguns documentos, e que já estão com a minuta para ser enviada à Câmara Legislativa,



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**Secretaria de Estado de Cultura**  
**Conselho de Cultura**

mas que antes encaminharão para o Conselho de Cultura. Disse que a consulta à sociedade ficará focada no Plano de Cultura, e que, a priori o Sistema de Cultura passará somente pelo Conselho, considerando que o mesmo já passara pela Conferência de Cultura, enquanto o Plano não passou, continuou dizendo que o Plano fora feito por uma consultoria interna e já fora submetido ao Ministério da Cultura que emitiu alguns pareceres relevantes para serem refeitos. Os itens questionados oportunamente serão levados a uma discussão mais ampla com a sociedade. Todo esse processo deve acontecer o mais rápido possível para que o DF passe a ter acesso ao fundo e a novos recursos. A Conselheira Débora falou que, em sua opinião, já está bem estruturada a questão, faltando somente a adequação do Sistema proposto pelo Governo Federal, e já submetido a Audiência Pública em outras esferas federais, com as diferenças e especificidades da Cultura produzida no Distrito Federal por meio de audiência pública no DF. Dando sequência à pauta do dia foi solicitado da atual gestão um diagnóstico do quadro de pessoal da Secretaria de Cultura, ao que o Secretário informou que os números ainda não estão consolidados, mas que o último levantamento mostrou trezentos e setenta funcionários ativos, seis funcionários cedidos, trinta e quatro cargos comissionados com vínculo empregatício, dez requisitados com vínculo empregatício, um convênio com vínculo empregatício e noventa e oito cargos sem vínculo empregatício. Hoje temos trinta e nove cargos comissionados vagos, tendo sido cortados vinte e nove por cento dos cargos comissionados, o Secretário informou que trinta e nove cargos vagos serão acrescidos de mais seis cargos de pessoas dispensadas nesta semana, falou que foi feita uma consulta à Procuradoria e que a Secretária será a cobaia enviando um relatório referente à demanda e à falta de mão de obra. A Conselheira Flávia Obino perguntou se os concursados serão efetivados? O Secretário respondeu que em relação aos concursados, admiti-los é tudo que a gestão quer, momentaneamente precisando resolver a questão da Subsecretaria de Administração Geral, na qual provisoriamente o funcionário de Carreira, Senhor Carlos Amaral, responderá pela pasta. O Secretário informou que a Secretaria cortou em mais cinco por cento seus gastos com redução de telefones, carros, gasolina e algumas pequenas revoluções como



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**Secretaria de Estado de Cultura**  
**Conselho de Cultura**

interruptores de luz individual nas salas. A Conselheira Verena lembrou que a questão do concurso foi uma determinação do Ministério Público, devido ao disparate da existência de cargo comissionado sem vínculo e com vínculo que não atendiam à legislação, além de terem servidores comissionados exercendo função de servidor efetivo, o que resultava em uma disfunção do cargo. Com a palavra o Secretário informou que neste primeiro semestre uma determinação sua foi se dedicar ao pagamento de um milhão e meio de dívidas da Secretaria com os servidores, e que o setor de Recursos Humanos está empenhado nestes processos. O Presidente passou ao item de pauta referente ao CEAC, o Subsecretário de Fomento e Incentivo, em parceria com a Subsecretária de Políticas Culturais, encaminhou ao Conselho sugestão de Resolução no sentido de que o Conselho encarregue uma Comissão da análise do Cadastro de Ente e Agente Cultural, ao que o Presidente solicitou que os Conselheiros estudassem a proposta para fazer um debate por e-mail e na próxima reunião trouxessem as sugestões para debate e votação. A Subsecretária Mariana falou que esse é um primeiro passo para desafogar o Conselho dessas atribuições técnicas, para que este possa cumprir sua função de elaboração de políticas públicas. A Conselheira Flavia manifestou interesse em participar da Comissão por entender que o Conselheiro da área é que tem conhecimento de suas especificidades, o Presidente sugeriu que junto com a resolução o Conselho deverá apresentar os critérios para a análise do CEAC pela Comissão. A Conselheira Mirta falou que discorda da Conselheira Flávia que essa é uma reivindicação antiga do Conselho, ela concorda com a Comissão e os Conselheiros não são detentores das áreas. O Subsecretário de Incentivo e Fomento Thiago se apresentou, falou da sua experiência com o Fundo de Apoio de Pernambuco e da Rede de Gestores da Cultura Fundada na última Conferência Nacional de Cultura, falou que os problemas entre os Estados são semelhantes, em relação ao FAC informou que dos editais um, dois, três e cinco, dois estão já em fase de pagamento com alguns ajustes ~~estão~~ sendo feitos, e que, conforme acordado com o Governador, em quatorze de maio será liberado um novo montantes de recursos, mais ou menos quatorze milhões, que pagarão o edital número quatro, assim, em quatorze de junho vem a terceira leva que irá



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**Secretaria de Estado de Cultura**  
**Conselho de Cultura**

quitar o pagamento dos editais de dois mil e quatorze, o Subsecretário falou que é fundamental a interação do FAC com o Conselho de Cultura, mas não da forma que vem sendo feita, essa questão do CEAC foi pauta da primeira reunião do Conselho com o Secretário em seu gabinete, quando ele falou que considera essa linha de quem é o quê dentro das artes muito delicada, que esse engessamento já vem avançando em outros Estados, mas que uma coisa é você ser cadastrado, outra coisa é ganhar o projeto, muitos procedimentos do FAC estão amarrados no Decreto que acaba dificultando, donde se conclui que o próprio Decreto deve ser revisto. Essa decisão é um passo importante a seu ver e que o Conselho pode alterar a qualquer momento rediscutindo ou aperfeiçoando. O Subsecretário se colocou à disposição e falou que as portas da Subsecretaria estão abertas ao Conselho. As Conselheiras Verena e Flávia levantaram a questão do comprovante de residência que deve ser tratado com a máxima urgência, pois foi um dos fatores que mais provocaram indeferimento nos últimos anos, e, aquela Conselheira pediu esclarecimento em relação ao grande número de inabilitações no edital de manutenção de grupos, pois foi procurada por vários proponentes. A Conselheira Mirta falou que o grande problema do Conselho é não conseguir se consolidar a ponto de encaminhar as provocações necessárias à Secretaria, como por exemplo essa resolução que está sendo proposta. Para o Subsecretário Thiago ela falou que já que a previsão dos editais de dois mil e quinze é só para o segundo semestre que seja feito um calendário para que se possa discutir os editais em cima das demandas da sociedade, dando um olhar especial para os iniciantes. O representante da Secretaria de Educação Senhor Marcos apresentou-se e falou que na educação a solicitação de credenciamento das escolas já vem com um parecer da assessoria para ser referendado, e sugeriu que se o Conselho tiver estrutura, que seja feito assim. Se colocou completamente à disposição para ser interlocutor entre as duas Secretarias. A Conselheira Débora informou que desde o ano passado foi criado um Grupo de Trabalho de artistas que são Jjuristas, localizou até onde a ação do Governador anterior de contingenciar os recursos do FAC até dezembro infringiu a Lei Orgânica e a Constituição Federal, esse documento será encaminhado ao Governador. A preocupação



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**Secretaria de Estado de Cultura**  
**Conselho de Cultura**

agora é reduzir esse prazo, pois está atingindo a produção e a sustentabilidade do movimento. O Subsecretário respondeu que discutirá os critérios dos editais com o Conselho sim, e que em relação à inabilitação dos editais acenderam várias luzes em relação aos procedimentos do FAC, a visão de quem analisa, o próprio edital que era muito engessado e complexo e o Decreto que tem que ser repensado. A Conselheira Verena solicitou esclarecimentos a respeito da ocupação das salas de dança da Secretaria de Cultura, já que pessoas que participaram de editais e assinaram contratos, receberam uma ordem de que não mais poderiam ocupar tais espaços, pois determinadas pessoas iriam ocupá-los. A Subsecretária Nanan, presente à reunião no momento, falou que iria buscar essa informação e daria retorno à Conselheira. Em relação à parceria com o IFB será acrescentado na pauta que essa parceria já existe. O Presidente voltou ao item que tratava da divisão das Câmaras que ficou da seguinte maneira: Primeira Câmara: Débora Aquino, André Leão, Johanne Elizabeth e Mariana Soares; Segunda Câmara: Pedro Batista, Victor Ziegelmeier, Carlos Alberto e Marcos Sílvio e a Terceira Câmara: Verena Santiago, Flávia Obino, Cleri Fichberg e Guilherme Reis. O Presidente solicitou que as próximas reuniões do Pleno ficassem para todas as primeiras terças feiras do mês, fixando a próxima para o dia sete de abril às nove horas e trinta minutos. Sem mais, para o momento, o Presidente deu por encerrada a reunião e eu, **Daniele da Silva Oliveira**, Assessora do Conselho de Cultura, lavrei a presente Ata, que será por todos assinada e por mim encerrada.